



Do mundo das ideias à caverna: o conhecimento histórico na crise do presentismo¹

Débora Regina Vogt²

RESUMO

Tomando como eixo a noção de *presentismo* de François Hartog, esse artigo procura refletir sobre a conjuntura historiográfica atual e as consequências em nosso modo de conceber o conhecimento histórico. A reflexão parte dos diversos modelos historiográficos existentes no mundo ocidental até a discussão sobre como se constitui o conhecimento científico, modelo, por meio do qual, a história se colocou como ciência. Tendo como base o mito da caverna de Platão e a percepção sobre conhecimento que a alegoria carrega, problematiza-se a separação entre o mundo da opinião e o mundo do conhecimento, base por meio da qual nossa disciplina é constituída e percebida.

PALAVRAS-CHAVE: *Presentismo*; ciência; conhecimento histórico.

From the world of ideas to the cave: The historical knowledge in the crisis of presentismo

ABSTRACT

Taking as axis the François Hartog's notion of *presenteeism*, this paper discuss the current historiographical situation and consequences on our way of understanding the historical knowledge. The reflection of the various existing historiographical models in the Western world until the discussion on how to constitute scientific knowledge, model, through which, the story took a science. Based on the myth of Plato's cave and the perception of knowledge that carries the allegory, it discusses the separation between the world of opinion and the world's knowledge base through which our discipline is made and perceived.

KEYWORDS: *Presenteeism*; science; historical knowledge.

¹ Recebido em: 30 de setembro de 2016. Aceito para publicação em: 15 de novembro de 2016.

² Formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é mestre e doutoranda na mesma instituição. Email: vogt.deboraregina@gmail.com. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4277994J4>



Na constituição das disciplinas e na história dessas foi necessário delimitar o que seria(m) o(s) seu(s) objeto(s) de estudo, o que as separava das semelhantes e como seriam os profissionais. Como arquivos em uma grande gaveta lá estavam seus objetos, metodologias, objetivos, etc. Tais dados foram e são mutáveis no decorrer do tempo, mas são parte integrante do que chamamos disciplina, sendo essenciais na produção intelectual, na distribuição de verbas e no reconhecimento entre pares.

O entendimento sobre o passado pareceu ser, durante muitos anos, o que diferenciava a história de outras disciplinas das Ciências Humanas. Se todas tinham o comportamento humano como objeto de estudo, nós éramos os profissionais que se dedicavam ao estudo do pretérito, senhores do passado e de sua narrativa. Entretanto, o surgimento do que François Hartog chamou de *presentismo*,³ marca de nossa era, trouxe uma crise para a constituição de nossa disciplina.

Tal conceito não se restringiu à narrativa historiográfica⁴, já que sua abrangência se refere à nossa era. A sensação de um presente que não termina, que é opaco e de um passado que não se constitui como tal é marca de nossa geração e impactou as que vieram antes de nós. As novas tecnologias e a precisão das informações em tempo real são exemplos do que temos acesso e jamais foi sonhado anteriormente.

A guerra do Vietnã foi a primeira que teve transmissão ao vivo pelas redes de TV. Os telespectadores podiam ver de suas casas o embate com o inimigo. Podemos ter contato com os sobreviventes do holocausto, dos campos de trabalho soviéticos e com as narrativas dos que viveram as ditaduras militares na América Latina. Em nenhuma época o cotidiano simples foi invadido por um leva tão grande de informações que descrevem com precisão massacres de populações inteiras. Temos os dados, as imagens e fontes quase inesgotáveis que descrevem os acontecimentos do século XX.

³ Presentismo é o termo que François Hartog dá ao regime historiográfico atual. De acordo com ele, regime historiográfico não tem o mesmo sentido que época: “Esta noção que estou propondo aqui difere da de época. Época significa, no meu entender, apenas um corte no tempo linear [...] Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer e de vivenciar nosso próprio tempo [...]” (HARTOG, 1996, p. 3) [grifos são meus].

⁴ Embora o texto original seja da década de 90, somente em 2014 o livro foi publicado em português, o que trouxe uma boa repercussão nas discussões historiográficas brasileiras.



O presente se mistura com o passado em imagens que se dissipam de uma forma que questionam nossa visão cientificista da história. Não que seja impossível encontrar massacres que tenham correlatos na Antiguidade ou mesmo em outras épocas. No entanto, nas fontes, objetos de nossas análises, eles já estão “frios”, são como cilindros no laboratório, tratados com seriedade, com critérios éticos, mas não mexem com nossas emoções necessariamente. No entanto, como escrever sobre um evento que ainda é “quente”? Como dar inteligibilidade para acontecimentos que marcaram a vida de uma sociedade e cujas características são sentidas até hoje?

As respostas às questões colocadas acima não são fáceis e tem suscitado muitos debates no campo acadêmico. Nossos objetos não são mais “frios”, encontrados em arquivos, a espera que o historiador os “desvende” e conte como as “coisas aconteceram⁵”. As narrativas sobre eventos limítrofes não se transformam em passado, o luto continua e os que viveram o que narramos querem também deixar seu relato testemunhal, que parece ser mais crível do que a fria narrativa do historiador. Como trabalhar nessa conjuntura? Como fazer nosso trabalho e separar pesquisador e objeto quando os sujeitos permanecem e lutam hoje pelo reconhecimento de sua história? Seria possível a isenção política como parece exigir uma pretensa áurea científica?

Na espera de refletir sobre as questões aqui colocadas dividirei esse artigo em três partes. Na primeira, desejo refletir sobre os regimes de historicidade até o *presentismo* e suas consequências na historiografia. Na segunda quero discutir o caráter científico da história, baseado na epistemologia da ciência. Essa discussão permeia nossa constituição como disciplina, já que tem como eixo central a construção do próprio conhecimento. Na última parte, baseado em E. R. Ankersmit, desejo apresentar uma tentativa de resposta para nossa crise presentista e nosso papel como historiadores nessa conjuntura.

1. Regimes de Historicidade e a narrativa historiográfica na era presentista

⁵ A frase repetida à exaustão refere-se à concepção histórica de Leopold von Ranke (1795-1886). Ele foi um dos principais responsáveis pela formação da historiografia crítica na Alemanha. Sua seriedade e crítica às fontes foram fundamentais para a constituição da história como disciplina.



Segundo Maria Inês Mudrovcic (2013), baseado em François Hartog, seriam três os regimes historiográficos principais que já estiveram em curso na constituição da história como disciplina. O primeiro seria a história como mestra da vida, que via a narrativa historiográfica como conjunto de exemplos que deveriam guiar em direção à virtude e ao bom governo. O segundo, herdeiro da Revolução Francesa⁶, inaugurou a visão de que a história não se repete, que é progressiva e que evolui. A terceira, vivida por nós atualmente, é um presente que se confunde com o passado, pois é um estado temporal que não passa e por isso é chamado de *presentista*.

As marcas do momento contemporâneo seriam a sensação da imutabilidade do tempo, a centralidade da memória e as demandas de uma sociedade de consumo que já não vê a história de forma teleológica. Sem consenso entre historiadores, voltamo-nos à própria psicologia e neurociência na busca de compreender o que nossos antigos métodos já não dão conta. A história não seria mais desenvolvida pelo progresso cujo fim é o aprimoramento do homem, mas uma narrativa voltada às demandas de nossa sociedade contemporânea.

É preciso dizer que embora esses regimes historiográficos fossem os principais em seu tempo, eles não foram as únicas formas de se narrar o passado. Diversas visões sobre o passado dividiram o mesmo momento histórico, embora não fossem dominantes. A história *magistra vitae*, criada pelos antigos, por exemplo, carrega a percepção de que nada é novo na narrativa historiográfica, sendo uma eterna repetição, como no movimento dos astros. A história seria a repetição constante do que já ocorreu anteriormente, como na natureza, fazendo parte do corpo maior do próprio universo e toda sua dimensão. Mircea Eliade descreve desta forma o tempo mítico:

Instalar-se num território equivale, em última instância, a consagrá-lo: quando a instalação já não é provisória, como nos nômades, mas permanente, como é o caso dos sedentários, implica uma decisão vital que compromete a existência de toda a comunidade. “Situá-lo” num lugar, organizá-lo, habitá-lo – são ações que pressupõem uma escolha existencial: a escolha do Universo que se está pronto a assumir ao “criá-lo”. Ora, esse “Universo” é sempre a réplica do Universo exemplar criado e habitado pelos

⁶ Embora não analisada por François Hartog, utilizo a escatologia como exemplo de Regime Historiográfico também, por entender sua importância nos movimentos que vem posteriormente.



deuses: participa, portanto, da santidade da obra dos deuses⁷ [grifos são meus].

Fazendo parte de um plano maior, o homem repetia o que já havia ocorrido anteriormente no plano extra-humano. Um bom exemplo desta visão é o significado da palavra “revolução” que antes da Revolução Francesa significava “mover em giro”, ou seja, voltar ao lugar de partida, como os astros no universo faziam⁸. Como partes de uma ordem cósmica maior, a história se repetia infinitamente e essa não era digna de ser narrada. O que quebrava essa lógica deveria ser narrado, já que, como um feito memorável, seria transmitido às novas gerações na busca da virtude. Os homens eram fadados à finitude e à morte como no resto da natureza, entrar para a história por meio de narrativa historiográfica era um meio de compartilhar, em parte, da imortalidade dos deuses.

O que se diferenciava da ordem cósmica e do cotidiano era o que se tornava digno da narrativa do historiador, pois era veículo de aprendizado na construção da República. Nas palavras de Cícero: “[...] a história é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado⁹” [grifo são meus]. O papel da história seria instrução, conhecimento e estava ligada à oratória e à prática virtuosa, necessária para um bom governo.

A história como mestra da vida esteve presente na Antiguidade e renasce com força na Europa do Renascimento que busca no passado a virtude necessária para a construção de seu tempo. Lidos e ensinados nas escolas, os antigos eram vistos como guias, como instrutores da nova era que os modernos imaginavam construir. O próprio conceito de *Renascimento* carrega em si o sentido de se voltar a um tempo que já havia passado. Tal pensamento é impensável para a historiografia pós Revolução Francesa.

Concomitante à história *Magistra Vitae*, a escatologia ocupou durante muito tempo a mente dos que escreviam sobre história. Embora não seja citada por vários autores quando se reflete sobre a história como disciplina, é importante dizer que a concepção cristã é a primeira que vê o tempo como irrepitível, já que Deus havia criado o homem e Jesus havia vindo ao

⁷ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Martins Fontes: São Paulo, 1992. p. 23.

⁸ OSTRENSKY, Eunice. *Revoluções no Poder*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁹ CICERO, *De Oratore*, II, 36.



mundo uma única vez. Escritores cristãos narraram os eventos que presenciaram como designios de Deus, cumprimento de profecias que já estavam descritas na Bíblia. Nessa visão, embora o homem não crie nada de novo, já que tudo está sob o controle de Deus, ele é maior que a natureza, já que tudo que ele faz é histórico e impossível de se repetir. O tempo, mutável e finito, nessa visão, contrasta com a imortalidade e imutabilidade de Deus. Há presente, há passado e há futuro, numa linha linear, até o fim dos tempos. Nas palavras de Santo Agostinho:

Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. Esse tal verá que o passado é impelido pelo futuro e que todo o futuro está precedido dum passado, e todo o passado e futuro são criados e emanam d'Aquele que sempre é presente. Quem poderá prender o coração do homem, para que pare e veja como a eternidade imóvel determina o futuro e o passado, não sendo ela nem passado nem futuro?¹⁰ [...]” [grifos são meus].

Mesmo que Deus, na visão escatológica, esteja fora da mortalidade e finitude humana, os seres humanos estão imersos numa linha que não se repete, mas que conduz a um futuro, não necessariamente de forma progressiva, mas de acordo com os desígnios da divindade. A Revolução Francesa, contudo, quebra muitos dos paradigmas anteriores. O próprio termo revolução, como mencionei anteriormente, perde o significado anterior, sendo usado a partir de agora como referência a um tempo totalmente novo e que é progressivo.

Para o regime moderno, segundo Hartog (1996), não há mais várias histórias, mas uma somente, que marcha em direção ao progresso. Nesse sentido, o modelo, o exemplar, cede lugar ao unívoco e que não pode se repetir. A lição vem do futuro, não mais do passado. Na linha de Koselleck (2006), muda-se o horizonte de expectativa e o espaço de experiência¹¹, já que não se imagina que a história persiste na repetição do passado. A percepção do novo é

¹⁰ AGOSTINHO, Santo. Confissões. Traduzido por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1973 e 1980 (2. ed). Coleção Os Pensadores. p. 263.

¹¹ Koselleck (2006, p. 306-327) trabalha com os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” como categorias históricas. São formas de categorizar a narrativa, pois tudo ocorre baseado em experiências do que já ocorreu na expectativa do que ocorrerá no futuro. Ou seja, os dois conceitos são dados antropológicos prévios, base de toda história humana, pois eles abarcam passado e futuro. Isso não significa que são estáticos, são móveis e mudam a forma como pensamos a história. Isso só iria mudar na era do progresso, após as mudanças da Era Moderna na Europa.



representativa no próprio calendário, substituído na França nos tempos revolucionários e na expressão “Antigo Regime”, usada para designar os tempos anteriores à Revolução Francesa.

Entretanto, os regimes de historicidade não seguem necessariamente uma linha linear. Eles compactuam entre si, sendo usados de acordo com os objetivos em voga. Napoleão, por exemplo, citado por Hartog, é exemplo dessa conjuntura. Ao mesmo tempo em que ele inaugura um novo tempo, marca dos períodos revolucionários que mexem com a Europa, era leitor de Plutarco e tinha fascínio por Alexandre Magno. Nas palavras de Hartog sobre Napoleão:

[...] Como Alexandre, que, após ter derrotado Dario, o rei persa, desposou sua filha, Napoleão desposou a filha do imperador austríaco, após ter destruído o Sacro Império Romano Germânico (e proclama seu filho como Rei de Roma). Caso perdido. Podemos nos valer também de um famoso quadro para dizer a mesma coisa. A "Batalha de Alexandre" foi pintada em 1529 por Altdorfer (mostra a batalha de Issos entre os gregos e os persas). Napoleão, sem surpresa, apreciava-o deveras, tanto que em 1800 o trouxe para Paris¹² [...].

Não há como construir um pensamento sobre o futuro sem o horizonte do passado. Napoleão se via como os heróis do passado como outros o fizeram antes dele. Tal como o Alexandre macedônico, Napoleão se via como inaugurador de uma era, que mudava a política em toda a Europa. Ou seja, mesmo com a concepção de um momento unívoco, o passado continua sendo referência.

Entretanto, na Era Moderna é o futuro que esclarece o passado, já que a narrativa dá sentido ao presente e ao passado do historiador. Hartog coloca o regime de historicidade moderno entre 1789 e 1989, ou seja, entre a Revolução Francesa e a queda do muro de Berlim, marcas de uma era que finda e outra que inicia. Esse longo período que comporta dois séculos, no entanto, tem como marca a própria profissionalização de nossa disciplina.

¹² HARTOG, 1996, p. 11.



No século XIX, no momento da institucionalização da história, ela trabalha em favor dos estados-nações que criavam seu passado, não só como exemplo, mas como veículos que movimentam a criação de um povo, visto como orgânico. A história passa a ter ares científicos e, tendo como modelo as ciências exatas, preconizava a separação entre objeto e pesquisador na busca de objetividade para o relato. A intenção aqui não é refletir sobre as várias fases desse modelo, que passaram de uma pretensa objetividade vinda das fontes até o questionamento de sua neutralidade. No entanto, é importante salientar que nos debates que visavam a profissionalização, buscou-se a separação entre objeto e historiador, ou seja, entre o narrador e suas fontes.

De acordo com Mudrovcic¹³, nesse conjunto em que a disciplina se institucionaliza e toma ares de ciência, temos o conceito de “passado histórico”. Ao primeiro momento, pode parecer estranho discutir tal termo. Fomos ensinados de tal forma que parece algo trivial que nos ocupamos do pretérito e que nossa narrativa versa sobre o passado¹⁴. É nesse conjunto que se estabelece muito da crise que hoje se vive na historiografia. Sem passado separado do presente por uma linha clara, sentimos como se não pudesse existir história, pelo menos não do mesmo modelo de outrora.

O passado histórico seria nosso objeto de estudo, correlato ao laboratório de um químico. Ele pode ser de indivíduos, de comunidade, de uma nação, etc. O importante é que seja “o outro”, que não faz parte de nós e que por isso possa ser analisado e descrito de forma pretensamente objetiva. Desta forma, quebramos a própria lógica anterior, da *história mestra da vida*. O passado está separado de nós e é unívoco, não repetível e por isso mesmo, não pode ser guia do presente, pois um abismo nos separa dele.

E se a história não era mais guia para as ações humanas, era ciência e por isso seu trabalho era justificável e deveria ser realizado e patrocinado. A narrativa deveria ter como método a frieza e a distância mesmo que se tratasse de guerras ou de eventos limítrofes. De

¹³ MUDROVCIC, Maria Inés. Regimes de Historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, v. 1, n.5, Enero- Junio, 2013.p.17.

¹⁴ Perelman e Tyteca (2005), em seu “Tratado da Argumentação”, chamam atenção sobre elementos centrais nas comunidades discursivas de quase todo lugar. Para que exista argumentação é necessário entre orador e auditório, ou entre leitor e autor, certos acordos bases em cima do que toda argumentação é desenvolvida. Assim, partindo de elementos que são comuns é proposto que se discuta sobre determinado tema. Algumas coisas são de tal forma óbvias para um grupo que não são colocadas em questão. Em nosso caso, podemos citar o entendimento que a história é uma disciplina e que nosso campo é o passado. A questão é que por não refletirmos sobre o que parece óbvio tomamos tal pressuposto como verdade quase universal e ele não necessariamente o é.



acordo com o historiador Chris Lorenz, citado por Medrovic (2013), por exemplo, para se tornar história era necessária uma distância mínima de cinquenta anos para que os acontecimentos estivessem “frios”, embora cem anos fossem mais seguros. Estar perto dos eventos poderia fazer com que o historiador tivesse uma visão parcial e limitada do que estava narrando. Sem interesses práticos no presente, o passado deveria bastar em “si mesmo”, sem relação com o presente.

Com uma distância considerável, a narrativa deveria explicar o passado, dar inteligibilidade e um sentido. É nesse contexto que dominou na historiografia o conceito de “história problema”. Como as fontes não falam por si, mas somente quando questionadas e analisadas pelo historiador, compete a ele construir sua pesquisa de uma forma problematizadora, mesmo que essa seja sem relação com o mundo contemporâneo.

A “história problema”, fruto dos *Annales*, foi e ainda é um entendimento comum entre historiadores, ponto preliminar onde advêm as discussões. Com aproximações com a geografia, a sociologia e a economia, a narrativa historiográfica procurou produzir uma forma de ciência que se via como menos inocente do que a positivista¹⁵, já que problematizava as fontes a partir do olhar do historiador.

A história devia explicar e ela representava o questionamento da sociedade ocidental sobre seu passado. March Block em seu livro “A Estranha Derrota” procura entender como os franceses foram derrotados pelos alemães na Primeira Guerra Mundial. Como um soldado-historiador, sua análise é no sentido de problematizar seu próprio testemunho, demonstrando os erros cometidos por seu país nos campos de batalha. Desta forma, o professor recorre à história para explicar o que ele mesmo não consegue entender pelo que presenciou. Nas palavras dele:

Apontaremos então a parte que cabe à história de nossa preparação estratégica? Alguns pensaram assim: “Devemos acreditar que a história nos enganou?” Foi a dúvida que surpreendi nos lábios de um oficial recém saído

¹⁵A discussão sobre a história dos *Annales* e sua importância na historiografia tem tomado ao longo do tempo muito campo em terras brasileiras. Isso se deve muito à influência que a historiografia francesa exerce sobre o Brasil. Jose D’Assunção Barros (2010) problematiza algumas questões fundamentais da construção da história dos *Annales*, seu contraponto ao historicismo e positivismo e a história problema, que tem como ponto fundamental a distinção entre passado e presente.



da escola, nos últimos dias de nossa estada na Normandia, já assombrados pela derrota. Pretendia com isso lançar dúvidas sobre o ensino pretensamente histórico que recebeu [...] Mas esse ensino não é a história. Era, na verdade, o antípoda da ciência que queria demonstrar. [...] Pois a história é, por essência, ciência da mudança. Ela sabe e ensina que dois eventos não se repetem de modo absolutamente igual¹⁶ [...].

A história não enganava como pensava o jovem oficial, porque ela não se repete, sendo cada guerra única, como estratégias e formas de pensar que são particulares. Marc Block chega a afirmar que o erro dos franceses foi imaginar que venceriam a guerra com os mesmos métodos do período napoleônico. A história explicava, não como repetição no sentido de mestra da vida, mas como entendimento de erros cometidos e de compreensão do presente.

Nesse entendimento, o passado não muda, somente se modificam os nossos entendimentos sobre o que ocorreu e, como consequência, a própria narrativa¹⁷. O próprio testemunho não tem o mesmo grau de importância que a narrativa historiográfica, isso porque ele é parcial, influenciado ainda pelos acontecimentos que vivenciou. A narrativa do historiador, pela distância temporal, é mais objetiva e por isso mesmo, podemos afirmar, mais verdadeira.

A virada linguística¹⁸ no campo acadêmico e os acontecimentos limítrofes do século XX terminaram por balançar a distinção tão clara até então entre passado e presente, sendo que o primeiro era visto como o centro do trabalho do historiador. O questionamento frente ao próprio passado como construção parece balançar o entendimento do historiador. Se no entendimento comum a fonte seria o “tribunal de apelação” como pensava Ginsburg (2007), é importante perceber que esse traço do passado também foi construído pela linguagem e o contexto que apontamos é por nós escolhido e transmitido pelas palavras. Elas poderiam ser neutras?

¹⁶ MUDROVICIC, Maria Inés. Regimes de Historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, v. 1, n.5, Enero- Junio, 2013.p. 21.

¹⁷ Idem.

¹⁸ O termo “Virada Linguística” esta associado aos questionamentos sobre a linguagem e sua capacidade de simplesmente “representar” o passado, como um elemento neutro. O principal representante desses questionamentos é Hayden White (1994) que aproximou a história da literatura ao afirmar que os historiadores escreviam através de metáforas, os tropos dos discursos.



[...] A velha noção de que a linguagem (ou a consciência) “reflete” a sociedade parece ao historiador uma afirmativa que não presta suficiente atenção ao tempo. A linguagem reflete a si mesma e fala extensamente sobre si mesma. A resposta à nova experiência toma a forma de uma descoberta e uma discussão de novas dificuldades na linguagem. Em vez de se supor um único espelho refletindo acontecimentos de um mundo exterior, no momento de sua ocorrência, seria melhor supor um sistema de espelhos voltados para dentro e para fora em diversos ângulos, de maneira a refletir as ocorrências do mundo espelhado, em grande parte, através dos modos como se refletem uns aos outros¹⁹ [...].

Nosso mundo intelectual, social e político é codificado através da linguagem e seria interessante perguntar-nos até que ponto algo existe até ser transformado em palavras ou se é possível que algo exista fora da língua. Utilizando-me da metáfora que Pocock fez, a linguagem não seria o espelho da realidade, mas espelhos que se refletem por diversos ângulos, tanto sincrônica como diacronicamente. Cada novidade no mundo externo aparece por ângulos diferentes e os espelhos, por sua vez, refletem a imagem do outro que veio do exterior, que mostra a imagem que veio do anterior, mas que ele mesmo havia provocado. Após algum tempo, caberia perguntar de onde veio a primeira imagem e como se formaram a multiplicidade de imagens possíveis.

No entanto, durante algum tempo, pensamos que esse elemento, estético, era um mero artefato que nos levava a transmitir o que o real nos mostrava. A função da linguagem seria neutra, algo que necessitaríamos, obviamente, mas que não interferia em nosso conhecimento ou no modo como esse se processa. Seu objetivo seria somente demonstrar o que sabíamos, pura e simplesmente. Contudo, cabe perguntar, existiria algo atrás da linguagem para ser desvelado, descoberto por nossa consciência? Ou seria ela, também, formadora e parte desse real do qual aparece simplesmente, muitas vezes, como mero acessório?

Essas discussões em relação à linguagem e seu uso na narrativa terminaram por questionar nossa pretensa separação entre objeto e narrador. Se o relato é construído pelo historiador através de sua pesquisa, leitura e análise, pode-se afirmar que o próprio passado,

¹⁹ POCOCK, 2003, p. 56.



tão claramente nosso campo, é também uma construção²⁰. Mesmo as fontes que seriam nossos dados “objetivos²¹” são envoltas em processo textuais de modo que só conseguem ser entendidas desta forma. Sendo assim, não há como definir o que está fora ou dentro do texto, já que mesmo o que está fora de nosso eixo principal é codificado através de palavras²².

Por outro lado, presenciamos, como afirma Hartog, na era do *presentismo*, um presente que não transforma em passado seus traumas, mas os revive a cada relato testemunhal, como se ainda impactado pela nossa capacidade de fazer o mal. As novas tecnologias que conectam o mundo e mudaram a vida de milhares, as guerras, os genocídios, o terrorismo de estado, etc, são marcas de nossa era. Acrescentaríamos, também, atualmente, os encontros com o outro, o declínio da Europa e o crescimento do fundamentalismo religioso em várias frentes, muitas vezes sem explicação aos nossos olhos limitados.

Guerras e genocídios são cometidos pela sociedade ocidental mesmo após termos produzido tanto conhecimento sobre o passado. Logo após a Primeira Guerra ocorre a segunda, que é mais mortífera que a anterior. Como entender tal conjuntura e admitir que não estamos avançando em direção há algo melhor?

Frente a essas questões, nossa capacidade de explicar como historiadores é limitada, já que podemos nossa imaginação ao que dizem nossas fontes a fim de produzir conhecimento de uma forma que será academicamente aceito. Reproduzimos as análises, nos restringimos a ler obras historiográficas e limitamos nossa capacidade de explicação e entendimento. As

²⁰ MUDROVICIC, Maria Inés. Regimes de Historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, v. 1, n.5, Enero- Junio, 2013.p. 22.

²¹ Quando trabalhamos com historiografia e discutimos o “fazer histórico”, cansamos de discutir o valor das fontes para qualquer análise e interpretação que se proponha histórica. Não entendidas isoladamente, mas em relação constante com seu contexto, as fontes deveriam ser interpretadas, inseridas em seu momento histórico e social. Entretanto, esses “restos do passado” são formados por palavras, códigos linguísticos, que precisam ser interpretados para fazerem algum sentido para nós, seus leitores. O próprio contexto – social, político e econômico - é também textualizado, já que é por meio dos códigos linguísticos que construímos nosso entendimento sobre o mundo onde nossa fonte está inserida. As definições sobre a realidade também estão compreendidas em processos textuais. Mesmo quando nos referimos ao “mundo real”, das experiências e das relações sociais, estamos falando sobre algo que só pode ser compreendido por meio da língua. Entretanto, o modo como entendemos o sentido do que nos é apresentado exteriormente e fora de nosso “aparato mental” não é só um processo subjetivo, mas político também, já que, enquanto historiadores e intérpretes de textos, somos introduzidos num processo que relaciona passado, presente e futuro numa inter-relação entre continuidades e descontinuidades históricas (LA CAPRA, 1998, p. 283).

²² LA CAPRA, Dominick. Historia Intelectual: repensar La historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elias José. “Giro Lingüístico” e historia intelectual. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998. p. 241.



metodologias utilizadas na escrita parecem não comportar a compreensão desses eventos que não se colocam no passado, mas se inserem em nossa sociedade contemporânea.

As duas guerras mundiais, o holocausto, os crimes de Stalin ou as ditaduras na América Latina são alguns exemplos de eventos que fogem a nossa capacidade de explicação. Literatura, filmes e relatos de memória tendem a convencer mais e melhor, fazendo com que muitas vezes exista um vazio historiográfico em termos de explicação convincente para os eventos limítrofes. Hayden White afirma, inclusive, que a primeira crise da história ocorreu após a I Guerra Mundial devido à incapacidade dos historiadores anteciparem a guerra e depois darem uma explicação sobre a sua causa.

A Primeira Guerra Mundial muito fez para destruir o que restava do prestígio da história entre os artistas e os cientistas sociais [...] A história que se supunha fornecer algum tipo de preparação para a vida, que se julgava ser o “ensino da filosofia por meio de exemplos”, pouco fizera no sentido de preparar os homens para o advento da guerra; não lhes ensinara o que deles se esperava durante a guerra; e, quando esta acabou, os historiadores pareciam incapazes de elevar-se acima das estreitas alianças partidárias e de compreender a guerra de algum modo significativo²³ [...].

Se as duas guerras foram eventos sem explicações lógicas e convincentes para a historiografia, de que forma a história poderá compreender civilizações da África e comunidades que só tomamos conhecimento de sua existência na era pós-colonial? Como continuar dividindo a história na linha linear que vai da História Antiga ao período contemporâneo sem que esses povos possam ser encaixados?

A memória ocupa o lugar que antes era ocupado pela história. E o relato testemunhal, que anteriormente era visto como fonte passível de crítica pelo historiador, tem uma preponderância no cenário atual que falta para o historiador. O pesquisador seria um frio analista enquanto a testemunha seria aquele que “realmente viu” e por isso seu relato parece mais confiável.

²³ WHITE, Hayden. O Fardo da história. In: HAYDEN, White. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 48.



Desta forma, o passado que não termina de passar, mas que vive em forma de comemoração, monumentos, entre outros, transforma-se em objeto da história do presente²⁴. Essa questão é profunda e estrutural porque esta “não separação” questiona nossa capacidade de fazer ciência (pelo menos do modo como pensado anteriormente) e nossa constituição enquanto disciplina.

Na era do testemunho vivida por nós atualmente o passado não passa e nem se constitui como diferente de nós. Tal como os exemplos da *Magistra Vitae*, eles permanecem como modelos do que já ocorreu e pode voltar a acontecer. Em seu estudo, Berber Bervenarge (2012), demonstra como isso é representativo nas várias comissões da verdade que se espalharam pelo mundo. Os conceitos de justiça, de memória e de ética norteiam a formação de todos esses grupos. Eles representam, segundo o autor, o declínio da noção de progresso e avanço, tão caras a historiografia moderna.

Presente, memória, testemunho, justiça, comemoração e patrimônio são dimensões de uma mesma conjuntura que não permite o esquecimento ou a separação entre o passado e o presente. A comemoração mantém constante na memória o ocorrido como um acontecimento que nunca termina. O patrimônio, nesse sentido, caminha na mesma direção, já que como afirma Krzysztof Pomian eles são objetos visíveis “investidos de significados”. Além disso, os objetos de museu dão visibilidade àquilo que está ausente, ao que é invisível; são imagens de referentes exteriores. Os museus seriam, assim, presentificação do invisível, de representações coletivas.

Citando Freud, Bervenarge (2012) lembra que assim como individualmente é preciso viver o luto para que ele passe e seja possível apreciar o presente, socialmente é necessário viver o luto para que a sociedade consiga se restabelecer. A questão é que não vivemos o luto, o recalemos e a consequência é que ele não passa.

Sem um passado claro e separado de nós, nossos mecanismos metodológicos parecem perder sua razão de ser. É como se nosso objeto, tão claramente exposto nas fontes anteriormente, já não existisse. Como fazer história nessa conjuntura? O caminho é tentar

²⁴ MUDROVICIC, Maria Inés. Regimes de Historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, v. 1, n.5, Enero- Junio, 2013.p. 25.



encontrar o “passado” que parece ter se perdido ou esquadrihar a forma como pensamos que a ciência deve ser feita? Em meu texto optei pela segunda possibilidade.

2. A história como ciência

Se René Descartes²⁵ é apontado como o pai da ciência moderna, pela centralidade da dúvida, do questionamento frente ao que os olhos veem e pela predominância do raciocínio matemático, podemos buscar a raiz dessa percepção mais recuada no tempo, na Antiguidade. O mito da caverna de Platão torna-se central na separação entre mundo civil, terreno e por isso sujeito a discussão e a controvérsia (*doxa*), e o mundo das ideias, de como as coisas realmente são (*logos*). O primeiro seria a nossa política, o segundo a ciência, invariável e correta, mas somente alcançável pelos que conseguem sair das “amarras da civilização”.

No mito, Platão, pela boca de Sócrates, descreve pessoas amarradas pelas mãos e pés dentro de uma caverna de uma forma que só conseguem ver o fundo do local onde há uma parede. Fora da caverna há pessoas e essas falam e isso se pode ouvir dentro da caverna, mas entre elas e o mundo lá fora há um muro que separa os dois locais. Somente as sombras são projetadas dentro do recinto. No entanto, como aquelas pessoas nunca saíram da caverna, elas imaginam que o que veem na sua frente é a realidade e os ecos são os sons emitidos pelo que conseguem visualizar. Um deles consegue se soltar e no primeiro momento fica confundido devido à luz, já que seus olhos ainda não eram acostumados. Após algum momento, ele finalmente compreende que esse era o mundo real, das verdades como realmente se constituem. O que via anteriormente eram apenas sombras do que realmente existia. Alegre pela nova descoberta e triste por seus amigos ainda estarem na escuridão, ele volta à caverna e tenta convencê-los e trazê-los à realidade. No entanto, eles não o aceitam e o julgam como louco.

²⁵ Para René Descartes, a verdade deve ser buscada no modelo da geometria, mãe de todas as ciências. O verossímil, nesta visão, é falso e não deve ser objeto da prática das ciências ou da filosofia. Em suas palavras: “[...] Como a razão já me havia persuadido de que deveria deixar de acreditar tanto nas coisas que parecem ser manifestamente falsas como naquelas que não são inteiramente certas e indubitáveis, o menor fundamento para uma dúvida seria suficiente para me fazer rejeitar qualquer de minhas opiniões [...]” (DESCARTES, *Meditações sobre filosofia primeira*, 8-9) [grifos são meus].



A alegoria da caverna está na constituição do que chamamos de ciência. Para que o filósofo ou cientista possa fazer ciência, ele deve se retirar da vida pública, da política, das discussões sem solução para alcançar o mundo do conhecimento verdadeiro e infalível. Nesse sentido, não há continuidade entre os dois mundos. Em um está a escuridão, no outro a luz real. Em um há a mera opinião, no outro o raciocínio inquestionável.

Há, nesse mito, incorporado a visão sobre ciência, duas rupturas. Uma é a da saída do sábio da caverna e de suas limitações, marcadas como do mundo humano e terreno. A outra é a descontinuidade entre os dois locais: o mundo lá fora e o da caverna²⁶. O sábio retorna à caverna, ele tem a verdade sobre as coisas, mas não é entendido, é dado como louco, pela limitação dos que o ouvem.

Essa ideia de ciência, como procurarei demonstrar, termina por marcar também nosso conhecimento histórico e aqui esta a raiz de muito de nosso desconforto moderno pela não separação entre passado e presente. Com um objeto que não sai da caverna e que nos impossibilita de sair, não conseguimos “ver” as coisas como “elas são”. Como enxergar o “mundo real” se nossos objetos continuam dentro da escuridão da caverna? A separação aparentemente clara anterior demonstra ser artificial e nos lança a novos desafios. Como construir conhecimento nessa conjuntura?

No mito, o sábio, após ver o mundo exterior, volta à caverna como possuidor de um conhecimento que os habitantes do local ainda não têm. Seus resultados são indiscutíveis, pois ele contemplou a verdade absoluta e na ânsia de relatar aos seus antigos companheiros, volta às sombras.

Um ponto salientado por Bruno Latour (2004), é que na alegoria o único que consegue fazer a ruptura entre os dois mundos é o sábio-filósofo: o pesquisador e o cientista. Ele é o único capaz de transitar entre os dois locais. A passagem é fechada para todos, mas aberta para ele.

²⁶ LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza*: como fazer ciência na democracia. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru (SP): EDUSC, 2004. p. 27.



[...] Nele e por ele a tirania do mundo social se interrompe milagrosamente: no ir, para lhe permitir contemplar, enfim, o mundo objetivo; no voltar, para lhe permitir substituir, qual um novo Moises, a indiscutível legislação de leis científicas pela tirania da ignorância. Sem esta dupla ruptura, não ha Ciência, nem epistemologia, nem política sob influência, nem concepção ocidental da vida publica²⁷.

No mito, a duras custas o cientista corta suas amarras e conhece o mundo exterior, para então voltar ao mundo da caverna e tentar convencer seus antigos colegas sobre as verdades então descobertas. Ele é ignorado porque é tido como um louco. Ele tem o conhecimento, mas não o poder da palavra, de persuasão.

No entanto, como afirma Latour (2004), a condição do sábio atualmente já não é a mesma. Orçamentos, equipamentos, laboratórios e empresas financiam sua ida ao mundo externo e pagam para ouvir suas novidades, pois é o único que tem acesso a verdade. A porta estreita e apertada de saída da caverna tornou-se uma larga avenida por onde eles podem passar e voltar sempre que forem à descoberta de mais um traço que precisa ser “desvelado”.

No entanto, se os cientistas cada vez vivem mais em conjunto com a vida pública, sendo patrocinados por empresas e pelo próprio estado, demonstrando que não há a separação entre política e ciência, sem essa divisão ontológica entre a vida civil e conhecimento científico parece que a própria ciência perde sua razão de ser. Por qual razão? É difícil responder essa questão, o certo é que herdamos a separação entre dois mundos e isso dá como herança a pretensa veracidade do conhecimento científico. Por meio desta questão epistemológica, o vozeiro infundável da arena política cala-se e aceita a voz do sábio, do único que transita entre os dois mundos. A pretensa transcendência da ciência parece ser a única saída para o caos da vida civil²⁸.

Se não aceitarmos tal separação podemos ser taxados de relativistas. Ora, a gravidade não existe? Se eu saltar de um prédio não caio no chão? Os acontecimentos, em nosso caso, não aconteceram realmente? Poderia a verdade ser relativa e a divisão entre o mundo civil e a ciência uma mera alegoria? Foram as guerras feitas por palavras? Na arena política, sempre

²⁷ LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru (SP): EDUSC, 2004. p. 28.

²⁸ Idem.



acontecimentos limítrofes são citados na defesa da invariabilidade da ciência ou da narrativa historiográfica.

Se, polidamente, assinalamos que a facilidade com a qual os sábios passam do mundo social aquele das realidades exteriores, a comodidade com que fazem experiência por esta importação-exportação de leis científicas, a rapidez com a qual eles convertem o humano e o objetivo provam bem que não há ruptura entre os dois mundos, e que se trata muito mais de um tecido sem costura, seremos acusados de relativismo; dir-se-á que tentamos dar a Ciência uma "explicação social"; denunciarão em nós molestas tendências ao imoralismo; talvez nos perguntarão publicamente se cremos ou não na realidade do mundo exterior ou se estamos prestes a nos lançar do décimo quinto andar de um prédio, pois estimamos que as leis da gravidade, elas também sejam construídas socialmente²⁹.

No entanto, se contra todas as evidências continuamos a crer que existe essa ruptura entre o mundo da ciência e da vida política é porque politicamente é conveniente que isso ocorra. E esse é o motivo de tanta crise de objetividade das ciências. Ao aproximá-la do mundo humano, há o medo que ela perca sua áurea e conseqüentemente sua crença como verdade universal. De acordo com Latour (2004, p. 32), a continuação da alegoria da caverna permite a reedição das duas esferas como realidades antagônicas, só transpostas pelo sábio. As vozes não têm o mesmo valor ou poder, pois nem todas podem sair da caverna em direção ao mundo das ideias. Aquela que consegue sair das amarras sociais e por meio da ascense do conhecimento descobre como as coisas verdadeiramente são deve voltar e ter sua fala ouvida mais que todas as outras. Autoridade, poder e crença são os eixos dessa balança, muito mais que o entendimento sobre uma pretensa objetividade.

Qual a utilidade do mito da caverna hoje? A de permitir uma constituição que organize a vida pública em duas camaras: a primeira a este salão obscuro desenhado por Platão, onde os ignorantes se encontram acorrentados, sem poder olhar-se, comunicando-se apenas por ficções projetadas [...] a segunda se situa do lado de fora, em um mundo composto de um mundo não de

²⁹ Ibidem, p. 30.



humanos, mas de não humanos, insensíveis as nossas disputas, as nossas ignorâncias [...] Toda astúcia do modelo está no papel desempenhado por este bem pequeno papel de pessoas únicas capazes de fazer a ligação entre as duas assembleias [...] Apesar do fascínio exercido pelas ideias – aí compreendido entre aqueles que pretendem denunciar o idealismo [...] trata-se de repartir os poderes, inventando, ao mesmo tempo, uma certa definição de ciência e uma certa definição da política³⁰ [...] [grifos são meus].

Além da visão de ciência que o mito termina por transmitir, é importante salientar que a alegoria carrega também uma compreensão de vida social. Ela é desprovida de objetividade, de conhecimento real, sendo a representação, por meio de sombras, a única compreensão possível. O mundo dentro da caverna é caótico e nós somos amarrados pelas mãos e pés. Somos levados a olhar somente para uma realidade que imaginamos ser a verdadeira, mas ela não basta de sombra da verdade: é uma visão superficial das coisas.

Tal distinção aparece na própria linguagem, é comum ouvirmos falar da “ciência” como um ente, cuja verdade é unívoca e imutável. A construção social do que ela significa – mutável no decorrer do tempo - parece fugir da compreensão dos que a usam como elemento de poder. Bruno Latour (2004), em sua busca de aproximar sociologia e ciência, afirma que a própria palavra “natureza” como um ser exterior, que tem desejos e forma é uma construção social, ocidental, ausente historicamente em outras culturas. Com um termo somente alcança-se dois objetivos: qualifica-se um ser por seu pertencimento a certo domínio da realidade e ao mesmo tempo classifica-se hierarquicamente, dando autoridade a fala.

O *bom selvagem*, que cuida da natureza, a respeita, diferente do homem branco e moderno, nada mais reflete do uma visão de natureza como invariável. Claramente não temos acesso à natureza, pois ela é, em si, uma construção social, sendo que o que pensamos sobre ela é variável e historicamente construído.

Desta forma, quando falamos sobre por fim ao antropocentrismo, por uma valorização da natureza como igual ao homem, demonstramos nossa visão sobre o outro e sobre nós mesmos como mais evoluídos e por isso, também, mais destruidores. Em outras

³⁰ LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru (SP): EDUSC, 2004. p. 33.



palavras, nada mais somos do que extremamente etnocêntricos. Essas noções refletem as sociedades que a produziram, tal como nos gregos, ingleses, romanos, etc, ao longo do tempo. O crescimento dos estudos ecológicos mais do que refletir uma mudança climática ou do mundo natural, representa nosso mundo social.

Analogamente, tal como na ciência, pensamos no historiador como o indivíduo que se retira do mundo civil, das vozes destoantes que não chegam a lugar nenhum. O profissional deve se isolar do que é externo e, através da análise das fontes – que representam a verdade objetiva -, deve produzir o conhecimento historiográfico. Tal concepção está no centro do mal estar moderno com o *presentismo*. Não conseguimos mais sair da caverna, continuamos ali, pois nossos objetos não conseguem transformar-se “em passado” e ir para o mundo “da luz”, onde tudo é claro e unívoco. O holocausto, os crimes de estado na América Latina e o fim dos sistemas totalitários são eventos que não vão embora, mas são rememorados continuamente. E a voz da testemunha toma o lugar do historiador, pois parece transmitir mais fielmente a sensação de veracidade e confiabilidade.

Entender, no entanto, a raiz de nossa crença na separação entre passado e presente ou entre fontes e mundo contemporâneo, tal como entre o mundo das ideias e a caverna demonstra que a crise não tem sua razão de ser, já que a pretensa separação entre as duas esferas, justificável na produção do conhecimento, simplesmente não existe. Estudando a Antiguidade, a Idade Média ou os acontecimentos limítrofes que ainda lembramos em datas civis, podemos entender que todo conhecimento é marcado pelo nosso local social, pela nossa formação e, inclusive, posição política.

As grandes discussões sobre a possibilidade de construir um conhecimento histórico verdadeiro perdem muito de sua razão de ser se compreendemos que elas carregam uma visão de ciência que, como procurei demonstrar, é rebatida pelos nossos próprios colegas das ciências exatas. Se concepções como “natureza” e “ciência” são mutáveis historicamente e socialmente e reiteram, mais que tudo, códigos sociais e relações de poder e autoridade, podemos dizer o mesmo da história.

Como Bruno Latour (2004) afirma em seu texto, não há uma ciência, mas várias, formadas por aqueles que julgam poderem sair da caverna e trazer o verdadeiro sentido das coisas. Da mesma forma, mesmo com metodologia e análise crítica, podemos entender que



não há uma história como conceito, mas uma concepção que foi e é mutável de acordo com o tempo. Esse pressuposto, para boa parte de nós é aceito, pois um de nossos trabalhos fundamentais é demonstrar a historicidade de todas as coisas, inclusive de nossa disciplina. Contudo, é caro e mexe com as estruturas epistemológicas entender que construímos nosso conhecimento não no mundo das ideias, das coisas claras e definidas, mas na caverna das vozes dissonantes que não veem claramente.

Em outras palavras, o *presentimo*, trabalhado por François Hartog e pela Maria Ines Medrovic, só traz a tona um pressuposto que é básico não só para as ciências humanas, mas para as exatas também: não há duas camaras e não há “verdades” para serem vistas pelo que consegue se desvencilhar do mundo da escuridão. Hannah Arendt (2010) chega a afirmar que o filósofo é visto como um ser que tem parte do mundo dos deuses, pois somente ele consegue enxergar o que está por trás das aparências. A questão é que por trás delas, não há nada, pois tudo o que sabemos é por meio do que vemos, codificado através da linguagem e passível de entendimento. O que está fora não é acessível, se existe, e o mais provável é que não exista. Não há nada por trás para ser desvelado, o conhecimento passa pelo caos da arena política e no meio dela apresenta seus resultados. Não nos retiramos para fazer pesquisa e produzir conhecimento, mesmo sozinhos em nossas salas ou laboratórios, carregamos a caverna conosco.

Arendt (2010), em seu livro “A Vida do Espírito”, trata da primazia da aparência, uma aparente contradição contra toda uma tradição filosófica que apresenta o que vimos como enganador, já que seria necessário buscar o que está por trás. Segundo ela, a teoria dos dois mundos é uma falácia metafísica. A dicotomia demonstra inclusive a predominância da aparência, já que é nela que o filósofo nasce e ela que deve romper para buscar a suposta essência das coisas.

Para descobrir o que realmente é, o filósofo deve deixar o mundo das aparências entre as quais ele naturalmente e originalmente se encontra em casa- como fez Parmênides quando foi transportado, além dos umbrais da noite e do dia, para a estrada divina “muito distante dos usuais caminhos



humanos³¹”, e como também fez Platão na alegoria da Caverna. O mundo das aparências é anterior a qualquer região que o filósofo possa escolher como sua “verdadeira” morada, mas que, no entanto, não é o local em que ele nasceu [...] a noção de que deve haver algo que seja mera aparência sempre foi a qualidade que o mundo tem de aparecer³²

E mais, o mundo das aparências é substituído por outro que também é aparente, embora apresente outra dimensão e por isso demonstre ser verdadeiro. Um exemplo dado pela autora é a vida animal, que exteriormente apresenta-se com simetria e diferenciação, mas internamente dão a aparência de terem sido construídos por parte e, mais, são semelhantes nos animais desenvolvidos. Muito diferente do que ocorre na aparência que é diferente entre si.

Para Platão a busca do filósofo deveria ser pelo fundamento, a causa real das coisas, não pelas consequências que podem ser vistas no mundo das aparências. Assim, Sócrates está atrás de definições absolutas e invariáveis, enquanto seus oponentes, os sofistas procuram a *doxa*, a opinião, o variável, o que não há consenso, mas esta no campo da discussão e da própria retórica. Para os sofistas a verdade poderia ser relativa e buscável no mundo das aparências e da experiência das pessoas. Para Platão, a incapacidade de encontrar consenso no mundo dos problemas humanos faz com que ele despreze tal forma de conhecimento³³.

O argumento é antigo, mas a busca moderna pelo mundo que está por trás do que nossos olhos veem deu nova força à antiga crença. Duvidar sempre do senso comum e das evidências é o princípio da ciência moderna. Claramente essa metodologia possibilitou no caso das ciências naturais muitas descobertas, como o formato da terra ou o local desta no espaço. No caso da história, nos fez descrever na ingenuidade dos dados e fontes, possibilitando compreender a narrativa como um processo. No entanto, acreditar que seja possível sair do mundo das aparências, como o sábio da alegoria, sem que esse nos influencie, é uma inocência teórica que carrega em si certa arrogância intelectual.

³¹ Segundo a alegoria, Parmênides é transportado além dos umbrais da noite e do dia para a morada da Deusa, que o acolhe para que então ele se instrua do intrépido coração da Verdade persuasiva. O local de encontrar conhecimento não é a assembleia no meio dos homens, onde só se encontra a *doxa*, não o *logos*.

³² ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p. 39-40.

³³ *Ibidem*, p. 101.



3. A história como representação

Como procurei mostrar na sessão anterior, a ideia de uma separação entre o mundo das ideias e o nosso é uma marca registrada da ciência moderna e contemporânea que tem heranças na Antiguidade. É interessante refletir, no entanto, que um discípulo de Platão, Aristóteles pensou de forma bem diferente a forma como o conhecimento é constituído.

Para Platão, a linguagem é um campo enganoso, onde as opiniões tomam lugar e não há a busca da verdade. É o terreno dos sofistas, seus inimigos discursivos, que não buscam a verdade, mas apenas convencer. Infelizmente acessamos os sofistas pelos olhos de seu inimigo e o que temos deles são poucos fragmentos. No entanto, sabemos que, donos de retórica e atuando na superfície, sem objetivos de acessar “o mundo as ideias”, eram mal vistos pelo autor da alegoria da caverna.

Para Aristóteles, no entanto, o campo da discussão pela argumentação esta no mesmo nível que o conhecimento demonstrativo, eles só tem naturezas diferentes. O raciocínio dialético é alicerçado em premissas aparentemente prováveis que tem método reconhecido e é baseado no verossímil³⁴. Ninguém discute a evidência, se discute no campo do plausível, provável, convincente, etc, e esse é um conhecimento tão válido quanto o demonstrativo.

[...] o raciocínio é um argumento em que, estabelecidas certas coisas, outras coisas diferentes se deduzem necessariamente das primeiras. (a) O raciocínio é uma “demonstração” quando as premissas das quais parte são verdadeiras e primeiras [...] b, o raciocínio é “dialético” quando parte de opiniões geralmente aceitas³⁵ [...].

³⁴ “[...] ao tomar como objeto de sua preocupação filosófica o estudo da maneira específica de raciocinar por argumentos, Aristóteles não pretendeu que qualquer encadeamento entre proposições, que desrespeitasse os postulados da demonstração analítica, pudesse, tão somente pela força retórica de quem os sustentava, alcançar o estatuto da argumentação dialética [...] a preocupação do pensamento filosófico no sentido de não legitimar todas e quaisquer manifestações do intelecto humano – mas apenas as resultantes de determinado método, que possibilite o controle de sua pertinência- também estava, de algum modo, presente na visão aristotélica [...]”(COELHO, 1985, p. XIV) [grifos são meus].

³⁵ ARISTÓTELES. *Tópicos. Dos Argumentos Sofísticos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



O campo das palavras, para Aristóteles, não era necessariamente o campo do inverossímil, mas do provável, não da mesma forma que a demonstração, mas por meio da argumentação. Por meio de raciocínios encadeados, que seriam os *entinemas*, era possível se chegar ao consenso, por caminhos diferentes do conhecimento demonstrável.

Na arena pública e nos discursos no senado romano a retórica era amplamente utilizada. Seu estudo era feito com esmero e era necessário na boa administração pública. No Renascimento, os ensinamentos sobre a retórica eram usados para todos que quisessem governar ou exercer o direito. No entanto, como era ligada à escolástica, presente na Idade Média, aos poucos seu estudo foi saindo dos currículos oficiais, sendo substituída pelo conhecimento demonstrável, de Descartes³⁶. Esse modelo de ciência, que descarta a possibilidade de se obter conhecimento por meio da argumentação e discussão - base da alegoria da caverna - é muitas vezes negligenciado pelos historiadores nos debates sobre a epistemologia do conhecimento histórico.

No desejo de se equiparar as ciências da natureza, mas não tendo a mesma metodologia que elas, a história se entrecruza num caminho perigoso entre a ciência – entendida da forma como apresentamos - e a literatura ou a arte. Parece que reiteramos que não existe possibilidade de conhecimento na *doxa*, na caverna, onde é, propriamente dito, nosso ambiente de trabalho e de onde saem as fontes que pesquisamos. E nesse local também, no mundo político, que lemos nossos textos, contrapomos a outros, escrevemos e produzimos nossa historiografia.

Em um texto ácido denominado “Fardo da História”, Hayden White critica os historiadores por se colocarem como mediadores da arte e da ciência ao mesmo tempo em que não se submetem aos critérios metodológicos de nenhuma delas. De acordo com ele, muitos profissionais da área ainda não se deram conta que não é possível separar ambas. Assim, se produz narrativas que fogem a padrões de reconhecimento em outras áreas por uma pretensa

³⁶ Descartes não aceitava o que não fosse do campo da evidência, só é válido o que pode ser demonstrado, o verossímil é, pela sua incapacidade de encontrar a resposta matemática, falso (DESCARTES, *O Discurso do Método*).



singularidade da história. Conservadores por excelência, os profissionais teriam se usado de uma ingenuidade metodológica deliberada.

[...] A história é talvez a disciplina conservadora por excelência. Desde meados do século XIX, a maioria dos historiadores simulou um tipo de ingenuidade metodológica deliberada. A princípio, essa ingenuidade servia a um propósito: resguardava o historiador da tendência a adotar os sistemas explicativos monísticos de um idealismo militante na filosofia e de um positivo igualmente militante na ciência. Mas esta suspeição de sistema tornou-se uma espécie de reação condicionada entre historiadores que tem levado a uma oposição, em todos os setores dessa área profissional, a praticamente qualquer tipo de auto-análise crítica³⁷ [...].

Por um lado White tem razão, somos tão meticolosos em nosso estudo e na busca de se destacar entre nossos pares que por vezes nos restringimos a ler somente o que é de nossa área de conhecimento a fim de poder dominar tudo o que se fala em determinado campo. Isso obviamente limita nossa capacidade de fazer comparações, boas análises e produzir narrativas convincentes. Por outro lado, diferente do que ele diz, esse é um problema que não está somente em nossa área. Como apresentei na sessão anterior, cientistas de várias áreas ainda acreditam na possível separação entre ciência e arte ou entre o conhecimento científico (*episteme*) e a mera opinião (*doxa*). Embora muito se tenha avançado no sentido de mostrar que todo conhecimento é socialmente produzido, a alegoria da caverna reitera posições de poder. O cientista fala, o povo escuta.

Nessa lógica, sem a possibilidade de produzir ciência tais como pensamos que fazem os químicos ou biólogos e arte como fazem os literatos, defendemo-nos afirmando que estamos num caminho do meio, que tem traços de ambos os lados. É importante lembrar, no entanto, que essa pretensa separação é falsa não só em nosso conhecimento - porque esta no mundo humano, das discussões e incertezas- mas porque toda forma de experimento é

³⁷ WHITE, Hayden. O Fardo da história. In: HAYDEN, White. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 40.



produzido por seres humanos, que não saem da caverna, simplesmente porque não é possível sair.

Contudo, White não faz a defesa de uma história neutra e ascética, sua proposta é uma historiografia mais preocupada com os problemas do presente, que não estude o passado com um fim em si mesmo. Sua voz seria uma das vozes no diálogo cultural de nosso tempo, na medida em que considera a arte e a ciência como campos distintos de trabalho. Desta forma, a busca não seria pela “visão verdadeira”, mas pela compreensão de um ponto de vista, sendo também possíveis vários outros. Além disso, poderia mudar seu estilo e seu modo de narrar caso ele não atendesse mais aos seus objetivos, como fazem os próprios cientistas.

[...] Pois deveríamos reconhecer que o que constitui os próprios fatos é o problema que o historiador, como o artista, tem tentado solucionar na escolha da metáfora com que possa ordenar o seu mundo passado, presente e futuro. Deveríamos apenas exigir que o historiador demonstrasse algum tato no uso de suas metáforas regentes: que não as sobrecarregasse com dados nem deixasse de utilizá-las ao máximo; que respeitasse a lógica implícita no modo do discurso pelo qual optou, e que, quando a sua metáfora começasse a se mostrar incapaz de conciliar certos tipos de dados, ele abandonasse a metáfora e procurasse outra³⁸ [...].

Nessa lógica, a centralidade da escrita é o eixo fundador. Sem ser entendido pelos seus contemporâneos não faz sentido escrever história. É necessário que o historiador se utilize das metáforas apropriadas para ordenar seu mundo e construir seu discurso entre as muitas vozes que tem seu lugar na política e no cotidiano das sociedades.

F.R. Ankersmit (2012) entende que para a história as discussões sobre a verdade³⁹ e falsidade não se aplicam, já que trabalhamos sobre o eixo da interpretação. De acordo com ele, enquanto as frases individuais de nossos textos fariam parte de uma descrição verdadeira, o texto histórico é uma representação, como a pintura. Assim como ela, a narrativa histórica

³⁸WHITE, Hayden. O Fardo da história. In: Hayden, White. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 60.

³⁹ Sobre as condenações da escrita da história “[...] Seguramente, eles argumentarão que a verdade é bem atingível nas ciências do que na escrita histórica com suas disputas intermináveis, com seus dialogues *des sourds* (diálogos de surdos), com seus frequentes mal entendidos, suas discussões abrasivas e, via de regra, mal focadas. Eles verão nessas, admitidamente, angustiantes características do debate histórico, ambos sinal e prova de como a verdade é muito mais facilmente aprendida na história que nas ciências [...] ANKERSMITH, 2012, p. 74.



não apreende “o passado”, mas um aspecto dele. E mesmo esse aspecto é uma projeção, não ele “em si”, já que a identidade do representado não é a mesma coisa que o objeto de referência. Isso não quer dizer que nós não possamos reconhecer nesse aspecto traços da realidade que imaginamos. O historiador cita o caso da caricatura. A imagem exagerada de certo político não é ele mesmo, mas é possível reconhecê-lo na imagem, muitas vezes de forma melhor do que numa fotografia, por exemplo. Nas palavras do historiador:

Muitas vezes até mesmo passamos de aspectos ao que eles se referem tão facilmente, que tendemos a esquecer completamente que, em muitas ocasiões, são meros aspectos que estamos tratando e não aquilo do qual esses aspectos são aspectos. Desta forma, estamos vivendo em um mundo de fantasmas muito mais do que estamos cientes, pois confundir os aspectos com as coisas de que são aspectos é algo que estamos literalmente fazendo o tempo todo⁴⁰ [...] [grifos são meus].

Diferente da fotografia, as pinturas de uma mesma pessoa podem ser muito diferentes entre si. Isso porque os critérios de análises são diferentes assim como o que se espera que elas transmitam. Desta forma, espera-se de uma representação que ela seja consistente, coerente, convincente, não necessariamente “verdadeira”, porque não está na empiria, esta no campo da representação. Assim, a correspondência que existe entre o representado e a representação não tem contrapartida ou equivalência à descrição, simplesmente porque tem critérios diferentes. Isso não significa que realidades serão criadas (como afirmam alguns desconstrutivistas), mas que diferentes pontos de vistas podem ter como referência o mesmo objeto.

De acordo com Ankersmith (2012), na narrativa histórica teríamos dois campos que caminham juntos: a descrição e a representação. A primeira parte é o que ninguém dúvida que ocorreu, a segunda é tudo o que se pode dizer a partir dos dados que se tem. Ninguém dúvida que a produção histórica advém da pesquisa, mas sobre ela muito se pode dizer, dependendo da formação, leituras e inclusive visão política daquele que escreve.

⁴⁰ ANKERSMIT, E. R. A escrita da história. *A natureza da representação histórica*. Londrina: EDUEL, 2012. p. 192.



Pensar a história como representação não significa abolir qualquer método ou teoria apurada em nossa escrita. A historiografia deve ter critérios estabelecidos, amplamente conhecidos e aceitos pela comunidade acadêmica. Entretanto, a crise atual, definida por Hartog como “presentista”, tem suas raízes na negação da argumentação como forma equivalentemente válida à demonstração. Em outras palavras, a alegoria da caverna e suas consequências tem seu lugar em nossos trabalhos na medida em que ainda almejamos uma pretensa separação entre o que fazemos e o lugar em que vivemos. Procurei demonstrar nesse artigo que essa crença não tem fundamento de ser, esquadrihar essas raízes e demonstrar as diversas formas em que o conhecimento pode ser formulado foi meu principal objetivo nesse trabalho.

Bibliografia

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Traduzido por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1973 e 1980 (2. ed). Coleção Os Pensadores.

ANKERSMIT, E. R. A escrita da história. *A natureza da representação histórica*. Londrina: EDUEL, 2012.

ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARISTÓTELES. Tópicos. *Dos Argumentos Sofísticos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BARROS, José D’Assunção. A Escola dos Annales e a Crítica ao historicismo e ao positivismo. In: *Revista Territórios e Fronteiras*, V.3 N.1 – Jan/Jun 2010. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/56>>. Acesso em 02/02/2015.

BEVERNAGE, Berber. Time, presence and historical justice. *History and Theory*, v. 47, May, 2008.

BLOCH, Marc. A estranha derrota. Tradução de E. Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

CICERO, Marco Túlio. *De Oratore*, II, 36. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.



COELHO, Fábio Uthoa. Prefácio à edição brasileira. In: PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESCARTES, René. *O Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Meditações sobre filosofia primeira*. Campinas: Editora da Unicamp, sem data. Disponível em: [http://copyfight.me/Acervo/livros/DESCARTES,%20Rene%CC%81.%20Meditac%CC%A7o%CC%83es%20Sobre%20Filosofia%20Primeira%20\(Unicamp\).pdf](http://copyfight.me/Acervo/livros/DESCARTES,%20Rene%CC%81.%20Meditac%CC%A7o%CC%83es%20Sobre%20Filosofia%20Primeira%20(Unicamp).pdf). Acesso em 08-02-2015.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Martins Fontes: São Paulo, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>.

_____. *Regimes de Historicidade de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JASMIM, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (org). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro Passado*. Tradução de Wilma Patricia Mass e Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LA CAPRA, Dominick. *Historia Intelectual: repensar La historia intelectual y leer textos*. In: PALTÍ, Elias José. *"Giro Linguístico" e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1998.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

MUDROVIC, Maria Inés. Regimes de Historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. *Historiografías*, v. 1, n.5, Enero- Junio, 2013.

OSTRENSKY, Eunice. *Revoluções no Poder*. São Paulo: Alameda, 2005.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação*. A Nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POCOCK, J.G.A. The concept of a language and the métier d'historien: some considerations on practice. In: Anthony Pagden (ed). *The languages of political theory in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

POMIAN, Krzysztof. Contemporary Historiography & contemporary museums. In: SOLDATJENKOVA, Tatjana; WAEGEMANS, Emmanuel(ed.). *For east is east*; Liber



Amicorum Wojciech Skalmowski. Leuven: Paris: Dudley: Uitgeverij Peeters: Departement Oosterse Studies, 2003. (Orientalia Lovaniensia Analecta, 126).

POMIAN, K.. *Collectionneurs, amateurs et curieux*. Paris, Venise : XVIe – XVIIIe siècle Paris: Gallimard, 1987.

_____. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2003.

RANKE, Leopold von. *The Secret of World History, Selected Writings on The Art and Science of History*. Edited and translated by Roger Wines. New York: Fordham University Press, 1981.

_____. O Conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.) *A História Pensada*. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

REBOUL, Oliver. *Introdução à Retórica*. Tradução Ivone Castilho Benetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WHITE, Hayden. O Fardo da história. In: HAYDEN, White. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.